

# **ATE III Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **ATE III Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	2
Balço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## Relatório da Administração

A Administração da ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### A Companhia

A ATE III é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2004, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados do Pará e do Tocantins, proveniente do Leilão ANEEL nº 001/2006.

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

<b>Desempenho Financeiro - R\$ mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita operacional líquida	88.711	119.979
EBITDA	71.655	111.186
Margem EBITDA	80,77%	92,67%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro líquido do exercício	63.176	95.191
Depreciação	297	242
Resultado financeiro	(4.208)	(3.491)
Imposto de renda e contribuição social	12.390	19.244
EBITDA	71.655	111.186

**EBITDA** - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ATE III e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Política de Qualidade

A ATE III, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

### Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$55 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
ATE III Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da ATE III Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “ATE III”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATE III Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Informações comparativas - valores correspondentes*

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.142	35.654
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		11.573	12.541
Ativo de contrato de concessão	5	75.443	102.073
Impostos e contribuições sociais correntes	8	2.954	4.464
Outras contas a receber		7.328	2.239
Outras ativos		3.985	4.020
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>207.425</b>	<b>160.991</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		1.993	983
Depósitos judiciais		440	5.302
Ativo de contrato de concessão	5	384.080	409.964
Outras contas a receber		3.466	2.809
Direito de uso		80	307
Imobilizado		116	116
Intangível		5	4
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>390.180</b>	<b>419.485</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>597.605</b>	<b>580.476</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		1.098	1.106
Taxas regulamentares	7	5.181	4.701
Passivo de arrendamento		121	288
Impostos e contribuições sociais correntes	8	10.782	9.569
Outras contas a pagar	6	2.825	2.931
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>20.007</b>	<b>18.595</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	62.451	59.609
Tributos diferidos	10	37.742	42.932
Passivo de arrendamento		-	76
Provisão para contingências	12	3.455	1.539
Outras contas a pagar		1.095	2.589
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>104.743</b>	<b>106.745</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>124.750</b>	<b>125.340</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		303.500	303.500
Reserva de lucros		146.369	130.158
Dividendos adicionais propostos		22.986	21.478
<b>Total do patrimônio líquido</b>	13	<b>472.855</b>	<b>455.136</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>597.605</b>	<b>580.476</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota explicativa	2022	2021
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		53.639	83.375
Remuneração do ativo contrato de concessão		35.072	36.604
<b>Receita operacional líquida</b>	18	<b>88.711</b>	<b>119.979</b>
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(6.236)	(3.323)
Serviços de terceiros		(3.191)	(4.819)
Material		(923)	1.863
Depreciação e amortização		(295)	(241)
Outros custos operacionais, líquidos		(1.005)	(851)
Custos operacionais	19	<b>(11.650)</b>	<b>(7.371)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>77.061</b>	<b>112.608</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal		(1.782)	(161)
Serviços de terceiros		(1.297)	(838)
Depreciação e amortização		(2)	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas		(2.622)	(664)
Despesas operacionais	19	<b>(5.703)</b>	<b>(1.664)</b>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b>		<b>71.358</b>	<b>110.944</b>
Receitas financeiras		6.888	4.787
Despesas financeiras		(2.680)	(1.296)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	<b>4.208</b>	<b>3.491</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>		<b>75.566</b>	<b>114.435</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.666)	(7.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.276	(12.050)
Imposto de renda e contribuição social	14	<b>(12.390)</b>	<b>(19.244)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>63.176</b>	<b>95.191</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	17	0,20816	0,31364
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	17	0,20816	0,31364

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>63.176</b>	<b>95.191</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>63.176</b>	<b>95.191</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivo fiscal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>448.500</b>	-	<b>106.350</b>	-	<b>(3.155)</b>	<b>551.695</b>
Dividendos adicionais aprovados		(145.000)	-	-	-	-	(145.000)
Dividendos Intercalares pagos		-	-	-	-	(46.750)	(46.750)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	95.191	95.191
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	4.602	-	-	(4.602)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	19.206	-	(19.206)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	21.478	(21.478)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	13	<b>303.500</b>	<b>4.602</b>	<b>125.556</b>	<b>21.478</b>	-	<b>455.136</b>
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(21.478)	-	(21.478)
Dividendos Intercalares pagos		-	-	-	-	(23.979)	(23.979)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.176	63.176
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	3.159	-	-	(3.159)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	13.052	-	(13.052)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	22.986	(22.986)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	13	<b>303.500</b>	<b>7.761</b>	<b>138.608</b>	<b>22.986</b>	-	<b>472.855</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		63.176	95.191
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		2	1
Depreciação do direito de uso		295	241
Provisões fiscais e cíveis	12	14	(16)
Custo construção - provisão fornecedores		(18)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	5 e 18	(35.072)	(36.604)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	5 e 18	(21.347)	(62.696)
Receita de implementação de infraestrutura		-	(19)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		1.744	(1.982)
Despesa de atualização monetária de contingências	12	1.902	789
Receita de aplicação financeira		-	-
Imposto de renda e contribuição social		12.390	19.244
Tributos diferidos	18	(5.214)	1.223
Juros passivo de arrendamento		20	37
(Reversão) provisão de parcela variável		(40)	74
		<u>17.852</u>	<u>15.483</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		108.933	104.044
(Aumento) no saldo de clientes		(2)	(203)
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(2.763)	(845)
Redução (aumento) nas outras contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos		1.525	(4.635)
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		11	(319)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		480	633
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(1.602)	1.866
		<u>106.582</u>	<u>100.541</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>124.434</b>	<b>116.024</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.157)	(11.183)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>116.277</b>	<b>104.841</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições no imobilizado e intangível		-	(67)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>(67)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de passivo de arrendamento		(332)	(282)
Redução de capital		-	(145.000)
Dividendos pagos	11	(45.457)	(46.750)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(45.789)</b>	<b>(192.032)</b>
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>70.488</b>	<b>(87.258)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	35.654	122.912
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	106.142	35.654
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>70.488</b>	<b>(87.258)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2004, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 kV e 230 kV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como das demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do Decreto de Outorga de Concessão, de 3 de abril de 2006, e do Contrato de Concessão nº 001/2006 firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em de 27 de abril de 2006, por um prazo de 30 anos. A construção da linha de transmissão foi iniciada em agosto de 2006 e concluída em maio de 2008.

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

f) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

## **2.5. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## **2.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS****3.1. Reconhecimento de receita**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 7,58% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

**3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos financeiros, atualização monetária de provisões, e outros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.3. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**3.5. Subvenção e assistência governamentais**

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, na destinação do resultado do exercício.

**3.6. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

**3.7. Arrendamentos**

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia opta pela aplicação da isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.8. Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.9. Normas e interpretações novas e revisadas**

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	42	111
Aplicações financeiras	106.100	35.543
	<b>106.142</b>	<b>35.654</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,34% do CDI	101,07% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. ATIVO DE CONTRATO**

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linha de transmissão	31/12/2021	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2022
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Paraopebas - PA	512.037	35.072	21.347	(108.933)	459.523
<b>Circulante</b>	<b>102.073</b>				<b>75.443</b>
<b>Não circulante</b>	<b>409.964</b>				<b>384.080</b>

Mutações do ativo de contrato de concessão						
Linha de transmissão	31/12/2020	Adição	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Paraopebas - PA	516.762	19	36.604	62.696	(104.044)	512.037
<b>Circulante</b>	<b>98.246</b>					<b>102.073</b>
<b>Não circulante</b>	<b>418.516</b>					<b>409.964</b>

- Principais características dos contratos de concessão

**RAP** - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

**Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(*)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987

(\*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 6. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	511	548
Compensação Ambiental	384	384
Partes relacionadas (vide nota explicativa 13)	612	719
Outros	1.318	1.280
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.825</b>	<b>2.931</b>

## 7. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva global de reversão - RGR	348	364
Taxa de fiscalização - TFSEE	247	245
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME, e Projetos de P&D)	4.586	4.092
	<b>5.181</b>	<b>4.701</b>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	733	2.932
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	483	483
Outros	1.738	1.049
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.954</b>	<b>4.464</b>

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.293	5.488
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.323	2.949
INSS, FGTS, ISS e ICMS	913	1.081
Outros	253	51
<b>Passivo circulante</b>	<b>10.782</b>	<b>9.569</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	4.094	4.391
IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	4.389
	4.094	8.780
<b>Passivo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (b)	(66.545)	(68.389)
<b>Efeito líquido no balanço</b>		
<b>Passivo - IRPJ e CSLL</b>	<b>(62.451)</b>	<b>(59.609)</b>

Referem-se às diferenças temporárias sobre: (a) provisões de rateio de antecipação; e (b) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

<b>Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>TOTAL</b>
Diferenças temporárias	<b>2.508</b>	<b>1.194</b>	<b>392</b>	<b>4.094</b>

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Passivo (*)	<b>37.742</b>	<b>42.932</b>

(\*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## 11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

### a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<b>Transações com a controladora</b>					
1	OCR x Disponibilidades - reembolso de despesas - TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
<b>Transações com empresas ligadas</b>					
2	OCR x - reembolso de despesas - Ananaí	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - CEMIG	Os valores são definidos pelo ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Transações com a Controladora</b>					
1	Reembolso de despesas - TAESA	4.124	-	-	-
<b>Transações com empresas ligadas</b>					
2	Reembolso de despesas - Ananaí	29	-	-	-
3	PSTEL - ATE III X CEMIG	696	731	8.505	8.855
		<b>4.849</b>	<b>731</b>	<b>8.505</b>	<b>8.855</b>

### b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<b>Transações com a Controladora</b>					
1	OCP x Outras despesas - Serviços de Operação e Manutenção - Taesa	R\$ 226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m./ Atualização anual pelo IGP-M.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de O&M constituído em 01 de dezembro de 2021.
2	OCP x Outras despesas - Serviços de Operação e Manutenção (O&M) - Taesa	R\$ 95 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m./ Atualização anual pelo IGP-M	O valor referido do contrato tem como data base janeiro de 2021.
3	OCP x Outras Despesas - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$ 27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
4	OCP x Outras Despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - TAESA	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
5	OCP x Obrigações - reembolso de despesas - TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<b>Transações com empresa ligada</b>					
6	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa).	Não houve.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. Para o exercício de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). A vigência do custeio dar-se-á a partir de 1º de abril de 2022.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Transações com a controladora</b>					
1	Serviços de O&M - Taesa	-	-	-	3.028
2	Serviços de O&M - Taesa	104	104	1.244	104
3	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	321
4	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	463	570	6.165	570
5	Reembolso de despesas Taesa	-	45	-	-
<b>Transações com empresa ligada</b>					
7	Previdência privada Forluz - Custo	-	-	29	29
		<b>567</b>	<b>719</b>	<b>7.438</b>	<b>4.052</b>

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Adição	Pagamento	31/12/2022
Dividendos a pagar a Taesa	-	45.457	(45.457)	-

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Montante
Dividendos adicionais propostos	2021	29/04/2022	AGO	21.478
Dividendos intercalares	2022	27/07/2022	AGE	23.979
				<b>45.457</b>

## III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e tributários.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$440, em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.184 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2021	Adições	Reversões	Atualização	31/12/2022
Cíveis	1.521	25	-	1.909	3.455
Tributários	18	-	(11)	(7)	-
	<b>1.539</b>	<b>25</b>	<b>(11)</b>	<b>1.902</b>	<b>3.455</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$ 17.271, referentes a contingências tributárias (R\$ 19.707 em 31 de dezembro de 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas são:

- Execução fiscal ajuizado para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$3.845 e atualizado de R\$15.546. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 303.500, representado por 303.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro - (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins. Esses incentivos foram concedidos pela SUDAM e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base 2027.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

<b>Destinação do lucro do exercício</b>	<b>2022</b>	<b>2021 (*)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>63.176</b>	<b>95.191</b>
Prejuízos acumulados	-	(3.155)
<b>Lucro (prejuízo) líquido residual a destinar</b>	<b>63.176</b>	<b>92.036</b>
- Reserva legal (5%)	(3.159)	(4.602)
- Reserva de incentivo fiscal	(13.052)	(19.206)
- Dividendos intercalares pagos	(23.979)	(46.750)
- Dividendos adicionais propostos	(22.986)	(21.478)

(\*) A AGO de 29 de abril de 2022 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

**14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.666)	(7.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.276	(12.050)
	<b>(12.390)</b>	<b>(19.244)</b>

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	75.566	114.435
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(25.692)	(38.908)
Incentivo fiscal IRPJ – SUDAM	13.052	19.206
Incentivo fiscal IRPJ - Outros (Rouanet, Audiovisual e outros)	342	743
Outros	(92)	(285)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado</b>	<b>(12.390)</b>	<b>(19.244)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>

#### Incentivo fiscal IRPJ – SUDAM

A ATE III possui direito ao benefício fiscal conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O laudo constitutivo nº 222/2018, validado até o ano 2027, outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. O benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada nos Estados do Pará e Tocantins.

Tal benefício possui algumas obrigações e restrições, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

A ATE III não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas ao seu benefício fiscal.

## **15. COBERTURAS DE SEGUROS**

<b>Tipo de Seguro</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>	<b>Danos Materiais - Valor em risco</b>	<b>Indenização integral</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade Civil Geral	Fator	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-		3
Risco Operacional	Mapfre	30/11/22 a 31/05/24	-	99.000		318
Seguro Veículos - Frota	Tokyo Marine	06/03/23 a 05/03/24	-	-	100% Tabela FIPE	12
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	Ezze	19/09/22 a 18/09/23	60.000	-		5

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

## **16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### **16.2. Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**16.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	106.100	35.543
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	42	111
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	13.566	13.524
	<b>119.708</b>	<b>49.178</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.098	1.106
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.095	2.589
	<b>2.193</b>	<b>3.695</b>

**16.4. Risco de mercado**

**16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros**

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	106.100	382

**16.5. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### **16.6. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**16.7.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	106.100	35.543	Nível 2

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### 17. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	63.176	95.191
Quantidade de ações ordinárias	303.500	303.500
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,20816	0,31364

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

### 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	35.072	36.604
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	21.347	62.696
Operação e manutenção	47.176	42.949
Receita de implementação de infraestrutura	-	19
Parcela variável (a)	(672)	(1.768)
Outras receitas operacionais	832	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>103.755</b>	<b>140.500</b>
PIS e COFINS correntes	(14.312)	(13.614)
PIS e COFINS diferidos	5.214	(1.223)
ICMS	-	(52)
Encargos setoriais (b)	(5.946)	(5.632)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(15.044)</b>	<b>(20.521)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>88.711</b>	<b>119.979</b>

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	2022	2021
Receita operacional bruta	103.755	140.500
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	11.683	(37.563)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>115.438</b>	<b>102.937</b>

### 19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
- Remuneração direta	(6.428)	(2.081)
- Benefícios	(836)	(714)
- FGTS e INSS	(754)	(689)
<b>Pessoal</b>	<b>(8.018)</b>	<b>(3.484)</b>
- Custo de infraestrutura	18	-
- O&M	(686)	2.180
- Outros	(255)	(317)
<b>Materiais</b>	<b>(923)</b>	<b>1.863</b>
Serviços de terceiros	(4.488)	(5.657)
Depreciação e amortização	(297)	(242)
- Outros	(3.627)	(1.515)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(17.353)</b>	<b>(9.035)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com materiais: custos oriundos de manutenção e operação de linhas de transmissão e reversão de custos, via reclassificação de materiais para a conta estoque de materiais diversos.

Custos e despesas serviços de terceiros: custos com operação, vigilância, manutenção, compartilhamento de instalações, consultoria administrativa, limpeza de faixa de servidão, energia elétrica e viagens.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, material de consumo, seguros, doações a entidades cíveis e patrocínios cultural e artístico.

**20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	2022	2021
Rendimentos de aplicação financeira	8.213	2.607
Atualização monetária de depósitos judiciais	(1.744)	1.982
Outras receitas financeiras	419	198
<b>Receitas financeiras</b>	<b>6.888</b>	<b>4.787</b>
Juros de arrendamentos	(20)	(37)
Atualização monetária de contingências	(1.902)	(789)
Outras despesas financeiras	(758)	(470)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(1.296)</b>
	<b>4.208</b>	<b>3.491</b>

**21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2022, 92,85%% (92,85% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

**22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Compensação ambiental:

- Trecho Marabá-Carajás - Cumprida toda a compensação ambiental requerida, restando apenas o recebimento da quitação formal por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará - SEMA-PA.
- Trecho Itacaiúnas-Colinas - Em 31 de dezembro de 2022, restava uma provisão de R\$384. Em janeiro de 2023, a compensação ambiental foi concluída.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Licenças ambientais					
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Outras informações	Órgão emissor
Itacaiúnas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	IBAMA
Marabá - Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	-	SEMAS/PA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até de 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Redução do capital social - Em 07 de fevereiro de 2023 a Companhia aprovou a redução de capital no valor de R\$103.269, passando o capital social de R\$303.500 para R\$200.231, representado por 200.230.661 ações ordinárias, conforme autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Pagamento de dividendos - Em 15 de março de 2023 a Companhia pagou o montante de R\$22.986 a título de dividendos intercalares, aprovados pela AGE de 17 de fevereiro 2023.

\*\*\*\*\*

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

**Wagner Rocha Dias**  
**Contador CRC RJ-112158/O-3**  
**CPF nº 778.993.777-49**